



**ACÓRDÃO Nº408/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11406/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Marã
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Bethuel Pereira Brizido Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1005/2017-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 7- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Marã. Exercício de 2015.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Conhecimento. Determinação. Recomendação. Encaminhamento.*

**8- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea "a", item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que acolheu o voto proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**8.1. Considerar revel** o Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 4º, da Lei n.º 2.423/1996;

**8.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Marã, exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, presidente da Casa Legislativa Municipal, à época, com fundamento nos arts. 19, II, 22, III, e 25, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, "a", "b" e "c", da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas), em razão das seguintes restrições:

- a) Sonegação de todos os documentos para Comissão de Inspeção do TCE/AM, para fins de Auditoria *in loco*, configurando obstrução ao exercício do Controle Externo e omissão no dever de prestar contas, conforme prevê o art. 188, § 1º, III, "a" c/c o art. 308, inciso I, "b", ambos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;
- b) Ausência de comprovação das despesas relativas ao exercício de 2015, no montante de R\$ 1.292.892,30 (um milhão duzentos e noventa e



**ACÓRDÃO Nº408/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

dois mil oitocentos e noventa e dois reais e trinta centavos), relativos à receita auferida pela Câmara Municipal de Maraã por ocasião dos repasses efetivados pela Prefeitura Municipal de Maraã no exercício de 2015;

c) Desatualização do portal da transparência ao deixar de publicar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º e 2º semestres de 2015, em descumprimento ao art. 8, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101/2000 c/c as disposições da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c art. 48, incisos II e III e art. 48-A, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 131/2009);

d) Ausência de envio de dados ao Sistema GEFIS referentes ao 1º e 2º semestres/2015 do Relatório de Gestão Fiscal, em descumprimento ao art. 32, II, “h”, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 5º, § 1º da Lei n.º 10.028/2000;

e) Ausência de indicação de publicação do Relatório de Gestão Fiscal-RGF, referente ao 1º e 2º semestres/2015, em descumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n.º 101/2000;

f) Não apresentação das folhas de pagamento dos vereadores para verificação dos limites de gastos com subsídios dos mesmos, nos termos do art. 29, VII, da Constituição Federal;

g) Não apresentação do mapa de licitações nem nomeação de Comissão de Licitação;

h) Não apresentação da relação de contratos na Prestação de Contas e nem na inspeção in loco;

i) No campo do Setor de Pessoal, não apresentação da legislação em vigor, quantitativo de servidores admitidos, nem do quadro de pessoal, concessão de aposentadorias, relações previdenciárias, processo de diárias, entre outros;

j) Não apresentação dos controles de entrada e saída de bens pelo setor de almoxarifado do órgão, relação de bens, em desacordo com o estatuído no inciso II, art. 75, da Lei n.º 4.320/1964;

- 8.3. Aplicar Multa** ao Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, presidente da Câmara Municipal de Maraã, exercício de 2015, **no valor de R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), em razão das graves irregularidades listadas no item anterior**, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, c/c art. 54, II da Lei 2.423/96, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55,



**ACÓRDÃO Nº408/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM).

- 8.4. **Aplicar Multa** ao Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, presidente da Câmara Municipal de Marã, exercício de 2015, **no valor de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), em razão da sonegação de documentos à Comissão de Inspeção**, com fulcro no art. 308, I, "b", da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, c/c o art. 54, VI da Lei 2423/96, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM).
- 8.5. **Considerar em Alcance** o Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, presidente da Câmara Municipal de Marã, exercício de 2015, **no valor de R\$ 1.292.892,30 (um milhão duzentos e noventa e dois mil oitocentos e noventa e dois reais e trinta centavos), em razão da ausência de comprovação das despesas relativas ao exercício de 2015**, relativo à receita auferida pela Câmara Municipal de Marã por ocasião dos repasses efetivados pela Prefeitura Municipal de Marã, valor esse que deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Marã, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM).;
- 8.6. **Conhecer a proposta ministerial de aplicação da sanção prevista no art. 56, da Lei Estadual n.º 2.423/1996, para acolhe-la**, determinando a inabilitação do Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, por 5 (cinco) anos, **desde que atendido o quórum especial de maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno**;
- 8.7. **Determinar a instauração da cobrança executiva contra o Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, em caso de não recolhimento dos**



**ACÓRDÃO Nº408/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**valores das condenações**, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

- 8.8. Recomendar** ao responsável, Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho, dentro do que ainda for de sua ingerência, e à atual gestão da Câmara Municipal de Marã, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:
- a) Mantenham os documentos contábeis, orçamentários, financeiros e de pessoal na sede do órgão, ainda que em cópia, disponibilizando-os a Comissão de Inspeção sempre que solicitado;
  - b) Observem a legislação pertinente a atualização do Portal da Transparência e a publicação dos dados fiscais, e das receitas e despesas, nos termos do art. 8 e art. 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101/2000 c/c as disposições da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c art. 48, incisos II e III e art. 48-A, incisos I e II, da Lei Complementar n.º 131/2009);
  - c) Observem os prazos para envio dos dados via Sistema GEFIS , nos termos do art. 32, II, “h”, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 5º, § 1º da Lei n.º 10.028/2000.
  - d) Cumpram os prazos para publicação do Relatório de Gestão Fiscal-RGF, em descumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n.º 101/2000.
  - e) Observem o disposto na legislação acerca do controle de bens e materiais, sobretudo no que diz respeito ao registro de entrada e saída de materiais e inventário de bens, nos termos do art. 75, II,, c/c os arts. 94, 95 e 96, todos da Lei n.º 4.320/1964, observando o disposto no inciso III, do art. 13, da Lei Complementar n.º 6/1991;
- 8.9. Determinar à próxima Comissão de Inspeção** que, no ato da futura auditoria nas contas da Câmara Municipal de Marã verifique se as medidas recomendadas na presente Prestação de Contas do Sr. Bethuel Pereira Brizido Filho foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;
- 8.10. Encaminhar** Representação ao Ministério Público Estadual para apuração de atos de improbidade administrativa.



**ACÓRDÃO Nº408/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**10- Data da Sessão:** 18 de Abril de 2017

**11- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**11.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**12- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral